



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

Parecer da Comissão de Transparência e Estatuto
dos Deputados

COM (2022) 548 final

Relator: Deputada Marta

Temido

Programa de trabalho da Comissão 2023 – Uma União firme e unida.



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ÍNDICE

I – NOTA PRELIMINAR

II – ENQUADRAMENTO E CONTEÚDO DA INICIATIVA

III – CONCLUSÕES

I – NOTA PRELIMINAR

Nos termos do artigo 7.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, alterada pelas Leis n.ºs 21/2012, de 17 de maio, 18/2018, de 2 de maio, e 64/2020, de 2 de novembro, que regula o acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia, em 24 de novembro de 2022, a Comissão de Assuntos Europeus remeteu à Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados (CTED), para que esta, atento o seu objeto, emitisse **parecer**, o **Programa de trabalho da Comissão para 2023 – Uma União firme e unida**, indicando as “iniciativas previstas que suscitem particular interesse para o acompanhamento” e “não excluindo matérias prioritárias e que não constem nas propostas legislativas e não legislativas que se preveem ser realizadas”.

Caberá à Comissão de Assuntos Europeus elaborar, posteriormente, o parecer final sobre o referido programa de trabalho, anexando os relatórios das restantes Comissões Parlamentares Permanentes.

II – ENQUADRAMENTO E CONTEÚDO DA INICIATIVA

Na sua Comunicação ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, sobre o seu programa de trabalho para 2023, a Comissão Europeia começa por sublinhar que, face aos desafios atuais – em especial, as repercussões da invasão da Ucrânia pela Rússia – **o referido programa se baseia em três pressupostos – esforço coletivo, aceleração das transformações, abordagem inovadora – que traduzem o motu “Uma União firme e unida”**.

Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

A Comissão destaca, ainda, que **o programa de trabalho de 2023 é o primeiro desde a realização da Conferência sobre o Futuro da Europa** e que, conseqüentemente, procura traduzir em ações concretas a visão que dela emergiu – “a de uma Europa que facilita a vida quotidiana dos seus cidadãos, tanto nas zonas rurais como nas zonas urbanas, que aborda os nossos desafios geracionais de forma direta, mais autónoma, e que alcança resultados no que se reveste de maior importância para os europeus, dos alimentos que consomem ao ar que respiram”.

Como tal, **o programa considera seis dimensões**, que se desdobram nas principais iniciativas constantes do quadro infra.

Dimensões	Iniciativas
Pacto Ecológico Europeu	<ul style="list-style-type: none"> – Trabalhar para alcançar um acordo sobre o pacote Objetivo 55; – Adotar novas medidas climáticas e ambientais e iniciativas no domínio da economia circular; – Propor uma reforma abrangente do mercado da eletricidade da UE (v.g., dissociação entre preços do gás e preços da eletricidade); – Criar um Novo Banco Europeu de Hidrogénio; – Adotar medidas para reduzir os resíduos e o seu impacto ambiental (v.g., resíduos alimentares e têxteis); – Rever a legislação da UE em matéria de bem-estar animal; – Apresentar legislação para enquadrar novas técnicas genómicas e contribuir para um sistema alimentar mais sustentável; – Tornar o transporte de mercadorias mais ecológico; – Propor legislação relativa ao registo, avaliação, autorização e restrição de produtos químicos.
Europa preparada para a era digital	<ul style="list-style-type: none"> – Propor um ato legislativo europeu sobre as matérias-primas essenciais para garantir oferta adequada para a economia digital; – Desenvolver mundos virtuais abertos centrados no ser humano (v.g., metaversos); – Propor uma Recomendação sobre a pirataria de conteúdos em direto; – Propor um espaço comum europeu de dados sobre a mobilidade; – Propor um quadro regulamentar da UE para o transporte de alta velocidade hipocarbónica; – Continuar a desenvolver a utilização de ferramentas e procedimentos digitais no domínio do direito das sociedades; – Publicar uma comunicação sobre o mercado único, focando as suas lacunas de execução e as suas prioridades futuras; – Propor um pacote relativo à concessão de patentes com regras sobre a sua concessão obrigatória; – Apresentar proposta sobre rastreio, registo e monitorização do amianto, na sequência da resolução do Parlamento Europeu; – Apresentar proposta de revisão da Diretiva sobre Atrasos de Pagamentos para reduzir os encargos das PME.
Economia ao serviço das pessoas	<ul style="list-style-type: none"> – Rever o Regulamento Análise do Investimento Direto Estrangeiro;

Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

	<ul style="list-style-type: none"> - Analisar a necessidade de instrumentos suplementares no âmbito do controlo dos investimentos estratégicos externos; - Aplicar o Plano de Ação sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais; - Apresentar iniciativa para a digitalização dos sistemas de segurança social e das redes de segurança social em prol da mobilidade laboral (v.g., Passaporte Europeu de Segurança Social); - Atualizar o quadro de qualidade para os estágios (v.g., questões da remuneração justa e do acesso à proteção social); - Apresentar estatuto para as associações europeias transfronteiriças; - Desenvolver as condições-quadro para a economia social; - Apresentar proposta para o segundo cabaz de recursos próprios com base em conjunto único de regras fiscais para o exercício de uma atividade empresarial na Europa; - Realizar revisão intercalar do quadro financeiro plurianual 2021-2027; - Criar um novo Fundo Europeu de Soberania para garantir que o futuro da indústria se constrói na Europa; - Propor medidas para facilitar o investimento a retalho; - Desenvolver uma iniciativa de quadro para a finança aberta; - Rever a Diretiva Serviços de Pagamento (v.g., melhor proteção dos utilizadores contra a fraude) - Apresentar proposta de princípios para o Euro Digital antes da sua emissão pelo BCE.
<p>Europa mais forte no mundo</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentar a estratégia espacial da UE para a segurança e a defesa, bem como atualizar a Estratégia de Segurança Marítima; - Lançar um diálogo com as indústrias europeias de defesa sobre como aumentar a produção de armamento; - Prosseguir a cooperação com os países candidatos à adesão à UE (v.g., Balcãs Ocidentais, Ucrânia, Moldávia e Geórgia), continuar a apoiar a Parceria Oriental e a Vizinhança Meridional e a prosseguir os trabalhos da futura Comunidade Política Europeia; - Promover a plena ratificação de acordos comerciais, nomeadamente com Chile, México e Nova Zelândia, e prosseguir as negociações com Austrália, Índia e Indonésia; - Apresentar uma nova Agenda para a América Latina e as Caraíbas; - Reforçar as capacidades próprias da UE para responder a situações de crise, nomeadamente duplicando a capacidade de combate a incêndios.
<p>Promover o modo de vida europeu</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Atualizar o quadro de mobilidade da UE para efeitos de aprendizagens; - Aplicar o Plano Europeu de Luta contra o Cancro; - Apresentar Recomendação sobre os cancros evitáveis através da vacinação e atualizar Recomendação relativa aos espaços sem fumo; - Executar a criação do Espaço Europeu de Dados de Saúde; - Desenvolver uma abordagem abrangente em matéria de Saúde Mental; - Desenvolver as iniciativas <i>HealthyLifestyle4All</i> e os <i>Youth Ideas Labs</i>; - Apoiar o roteiro comum do Pacto em matéria de Migração e Asilo; - Avançar com o Pacote de Competências e Talentos, em particular no contexto do Ano Europeu das Competências 2023 (v.g. academia de competências de cibersegurança); - Continuar a construir uma União da Segurança (v.g., revisão da Diretiva Abuso Sexual de Crianças, reforço da cooperação policial

Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

	<p>transfronteiras);</p> <ul style="list-style-type: none"> - Assegurar um espaço Schengen forte (v.g., nova proposta para a digitalização dos documentos de viagem, adoção do novo Código das Fronteiras Schengen).
Novo impulso para a democracia europeia	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentar pacote para a defesa da democracia tendo em vista aprofundar as ações do Plano de Ação para a Democracia Europeia; - Propor medidas para atualizar o quadro legislativo de luta contra a corrupção; - Continuar a apoiar a integridade e a promover a participação nas eleições para o Parlamento Europeu, através de regras sobre a transparência e o direcionamento da propaganda política, sobre o estatuto e o financiamento dos partidos políticos europeus e das fundações políticas europeias e sobre os direitos eleitorais dos cidadãos móveis da UE; - Apoiar os legisladores no seu trabalho sobre uma nova lei eleitoral; - Propor um cartão europeu de deficiência que garanta o reconhecimento mútuo em todos os EM; - Prosseguir o trabalho para assegurar uma proteção eficaz contra a discriminação, no contexto da execução do Plano de Ação da UE contra o Racismo 2020-2025; - Propor alterações às regras que regem a cooperação entre as autoridades de defesa do consumidor; - Melhorar a cooperação entre as autoridades nacionais de proteção de dados na aplicação do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, propondo harmonizar procedimentos nacionais.

Finalmente, a Comissão refere que, desde o seu início de mandato, a União Europeia tem demonstrado a sua capacidade de reagir coletivamente quando confrontada com crises excecionais, devendo essa continuar a ser a força motriz do seu trabalho, e **enumera, nos anexos à comunicação, as principais ações a realizar em 2023, que incluem uma lista de propostas prioritárias, com base nas quais se prosseguirá o diálogo com o Parlamento Europeu e o Conselho, com o objetivo de chegar a acordo em relação à declaração conjunta sobre as prioridades legislativas até ao final do ano.**

Assim, e da análise realizada, **não foram identificadas, no programa de trabalho da Comissão para 2023, matérias que se insiram diretamente na competência material da CTED, muito embora se possam identificar as seguintes iniciativas que se lhe podem considerar tangenciais:**

Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

Anexo I: Novas iniciativas		
Um novo impulso para a democracia europeia		
N.º	Objetivo estratégico	Iniciativas
42	Pacote anticorrupção	Atualização do quadro legislativo anticorrupção (iniciativa legislativa, artigo 83.º, n.º 1, do TFUE, T3 2023)
Anexo II: Iniciativas REFIT		
Um novo impulso para a democracia europeia		
N.º	Título completo	Referências
106	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo ao estatuto e ao financiamento dos partidos políticos europeus e das fundações políticas europeias (reformulação)	COM (2021)734 final 2021/0375 (COD) 25.11.2021

III - CONCLUSÕES

Face ao exposto, a CTED conclui o seguinte, remetendo a sua pronúncia à Comissão de Assuntos Europeus para os efeitos previstos na Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, na sua redação atual:

1. A Comissão de Assuntos Europeus solicitou que CTED se pronunciasse sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2023 – Uma União firme e unida.
2. **Analisadas as iniciativas propostas pela Comissão Europeia para 2023, verifica-se que nenhuma delas se inclui diretamente na esfera de competência material da CTED.**
3. Face ao exposto, a CTED delibera remeter o presente relatório à Comissão de Assuntos Europeus, para os efeitos legais e regimentais aplicáveis.

Palácio de S. Bento, 20 de dezembro de 2022,

A Deputada Relatora



(Marta Temido)

A Presidente da Comissão



(Alexandra Leitão)